


A CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA POSITIVA DA DITADURA NO ESPÍRITO SANTO (1964/1985): O PAPEL DO EMPRESARIADO

The construction of the positive memoire of military dictatorship in Espírito Santo,
1964-85: the role of businessmen

Carolina Julia Pinto dos **SANTOS**
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da
Universidade Vila Velha
Espírito Santo, Brasil
carol.jpinto@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-0333-4762> 

Vitor Amorim de **ANGELO**
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Política da Universidade Vila Velha
Espírito Santo, Brasil
vitor.angelo@uvv.br
<https://orcid.org/0000-0002-8550-9548> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

O artigo apresenta uma reflexão sobre o papel do empresariado na disseminação de uma memória positiva sobre o período da ditadura civil militar no Brasil. A pesquisa é de cunho qualitativo e foi realizada a partir da coleta de documentos primários e secundários. A análise verifica que no Espírito Santo o empresariado capixaba teve uma participação efetiva na ditadura civil-militar, a partir da realização dos chamados grandes projetos e por meio deles buscou imprimir no imaginário social uma imagem positiva do governo militar.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Ditadura. Empresariado.

ABSTRACT

This paper introduces the role of Capixaba businessmen community to build and sharing a positive perception of the memory about the Brazilian military dictatorship in Espírito Santo State. This is a qualitative research and it was based on primary and secondary documentation. The main analyze reviewed that those businessmen had an effective participation on dictatorship period through of called as "Industrial Great Projects" and through them built in the mindset of society a positive recall of military.

KEYWORDS: Memory. Dictatorship. Business Community.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a construção da memória positiva a respeito da ditadura no Espírito Santo, localizando, nesse processo, o papel do empresariado capixaba. O objeto de análise se refere à atuação da Federação das Indústrias do Estado do Espírito Santo (Findes) na promoção de uma imagem positiva do governo militar. Isso permite inferir que a construção dessa memória positiva se fundamentou, em grande medida, na avaliação favorável aos chamados Grandes Projetos Industriais implementados no estado na década de 1970.

A narrativa construída foi que somente o Estado autoritário trouxe a política de desenvolvimento que contribuiu para o processo de industrialização no Estado e, conseqüentemente, para mudanças sócio espaciais, com a migração da maioria da população rural para a área urbana em busca de novas oportunidades de trabalho, agravadas, especificamente no Estado, pela crise e erradicação das lavouras cafeeiras.

Os estudos indicam que, no Espírito Santo, o golpe de 1964 foi recebido com entusiasmo por setores empresariais e por políticos ligados à ala mais conservadora da política capixaba. O posicionamento do empresariado, capitalizado ou não pela Findes, também se manifestou em apoio ao que denominavam à época de “Movimento Revolucionário de 31 de Março”. Sobre esse período, o primeiro presidente da Findes, Américo Buaiz, destaca que “a Revolução de 1964 não prejudicou o Espírito Santo”, tendo, inclusive, escolhidos nomes ligados à Findes para o comando do governo (GURGEL, 1998). É preciso ainda salientar que os quatro governadores escolhidos de forma indireta¹ do período militar tiveram estreitas ligações com a Findes: Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971), Arthur Carlos Gerhardt Santos (1971-1975) – participante do primeiro Conselho Técnico instituição, em 1958 –, Élcio Alvares (1975-1979) e Eurico Rezende (1979-1982) – ambos ex-advogados da Findes. Isso implica em uma proximidade entre a FINDES e apoiadores do Golpe de 1964 e da Ditadura civil militar instaurada.

¹ A instituição das eleições indiretas dos governados estaduais ocorreram após a edição do Ato institucional de N.02. Seguido do AC-O4. Pois segundo Oliveira (2013), após as derrotas de candidatos oficiais do regime em importantes Estados da Federação, foi editado, em 05 de fevereiro de 1966, o Ato Institucional N.3 que determinou eleições para o governo dos estados (Art.1º), a ocorrerem no dia 03 de setembro de 1966 (Art. 5º), e a indicação dos prefeitos das capitais pelos governadores. (Art.4º, parágrafo 1º). Fontes: (OLIVEIRA, 2013, p. 142); <https://legis.senado.leg.br/legislacao/DetalhaSigen.action?id=584055.acesso>. Acesso em: 16 nov. 2018.

2 MEMÓRIA EMPRESARIAL: OS USOS DA MEMÓRIA E O PAPEL DO EMPRESARIADO

Nessa perspectiva de entender o uso da história institucional para consolidar um pensamento hegemônico, partiremos da consideração de Levy (*apud* LOBO, 1997), para quem as empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. Desse modo, pensar as memórias como instrumentos de poder significa fazer uso delas tanto para os fatos memoráveis quanto para os fatos que se deseja relegar ao esquecimento (HUYSSSEN, 2004).

É preciso evidenciar que ainda acerca da memória empresarial surgiu a partir de novo paradigma no campo da história, como História Pública. Essa conceito tem origem já nos anos de 1970, na Inglaterra, depois no Canadá, até chegar ao Estados Unidos. Almeida e Rovai alertam que “a história pública apresenta-se como campo diverso e sofisticado, podendo se manifestar por meio de história comemorativa, da história educacional e da história engajada, capaz de orientar (...) variedade de profissionais” (ALMEIDA; ROVAI, 2011, p. 4). Esse contexto historiográfico se insere no mesmo período quando a França, também nos anos 1970, começava a discutir de maneira mais volumosa os usos e abusos da memória. Esse debate tem um importante marcador nos anos 1980, com publicação de “Os lugares da Memória”, de Nora (1984). Nora adverte que:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1984, p. 9).

Tais considerações nos levam a concordar com Nora (1984) e inclui-lo numa perspectiva sociológica para compreender o processo de institucionalização a memória empresarial a partir que tipificou de “aceleração da história” que altera o fenômeno da continuidade e da conservação das memórias do passado evidencia a necessidade de lembrar o tempo todo para não se esquecer, o medo de esquecer e ser esquecido, levando a busca da identidade.

Nesse processo, é comum as empresas organizarem suas memórias a partir da premissa de que é preciso preservar o passado para que as futuras gerações não se

esqueçam do legado e da trajetória de sucesso que constituiu aquele patrimônio. A discursividade própria da institucionalização desse legado passa por um processo que, igualmente, Pollak (1992) categorizou de enquadramento: o que evidenciam e como querem ser vistos. A seleção das narrativas e das personalidades que vão ajudar a contar sua trajetória.

Podemos lançar mão do entendimento sobre *memória empresarial*. Tal corrente surgiu no início do século XX na Europa para dar organicidade aos arquivos empresariais, pois estes já continham um bom volume de documentos com fins históricos. Na década de 1920, chega aos Estados Unidos, em Harvard, pelo curso de Administração, batizando essa cadeira de memória empresarial (BOECHAT, 2016; GAGETE; TOTINI, 2004).

A história como elemento da comunicação no campo da prestação de serviço iniciou-se nos Estados Unidos ainda da década de 1960. Tais exemplos mostram uma outra forma de se fazer uso da memória, com empresas utilizando sua trajetória como elemento de apresentação à sociedade, neste caso, seu público interessado: clientes, fornecedores, acionistas, etc. Nos anos 1960, o estudo da memória empresarial chegou às universidades brasileiras, e, nos anos 1980-1990, ultrapassam o campo acadêmico, dando origem às primeiras agências de memória empresarial prestadoras de serviço para empresas, na área da comunicação corporativa (GAGETE; TOTINI, 2004, p.113-119).

Desse modo, historicamente, o uso e o abuso da memória empresarial seguem uma lógica institucional de adaptação ao mercado, buscando unir a criação, o reforço de sua imagem e identidade, valores, visando agregar valor ao seu produto e também construir e consolidar nos seus consumidores uma memória coletiva e/ou social (BOECHAT, 2016).

O mundo empresarial é inerentemente organizado, e a criação de discursos é uma constante, pela necessidade de colocar produtos no mercado e apresentar seus benefícios. O mesmo ocorre para a imagem institucional (*branding*). Existe um posicionamento da empresa, que é a forma de ela se apresentar. De acordo com Huyssen (2004), temos uma memória sendo manipulada, submetida a critérios de seleção, tratamento, numa perspectiva positiva de construção de uma narrativa, pelo fato daquela instituição-empresa fazer escolhas sobre o que informar e sobre o que esquecer acerca dela mesma. Uma disseminação selecionada e controlada, onde o diferente e o divergente não teve espaço, ou foi executado.

Ao observarmos a memória institucional traduzida pelas empresas, percebemos que predomina uma visão de uma memória seletiva e, de certa forma, manipulada dos

fatos. Na verdade, são os arquivos organizados e a história ali descrita em forma de livro institucional, ou na própria seleção das séries documentais, que já possuem uma seletividade e/ou uma predileção daquilo que a empresa julga ser necessário preservar, evidenciar ou ocultar.

No Brasil existe a Associação Brasileira de Comunicação Empresarial (Aberje), focada na comunicação interna e externa. Ela orienta seus associados a desenvolver campanhas com foco em memória empresarial, normatizando o que vem a ser esse tipo de memória, por meio do que denomina Responsabilidade Histórica, a saber:

Um dos principais objetivos da entidade [ABERJE], nesse campo, é demonstrar a importância da história como processo de autoconhecimento das organizações, o que promoverá o entendimento das suas origens e sinalizará caminhos para o futuro, mas, principalmente, pontuará sua responsabilidade e registrará seu legado para a comunidade (NASSAR, 2010, p. 25).

Com essas referências, conseguimos entender a razão de várias empresas investirem em memória institucional, mesmo sendo uma estratégia antiga. Tomemos por exemplo a publicação do livro comemorativo dos 50 anos de história da Estrada de Ferro Vitória a Minas, quando naquela época ainda era empresa constituída (hoje um departamento da Vale S/A), relatada pelo engenheiro Delencarliense de Alencar Araripe. Considerando uma perspectiva atual mais sofisticada do uso da memória; se para Alencar era uma forma de registro, com a visão de um engenheiro nos anos 1950, para a Aberje é uma visão de manipulação e construção de uma memória como porta-voz de um posicionamento estratégico de marca, como forma de agregar valor ao *branding equity*, ou o valor da marca institucional.

Assim sendo, o contexto chamado por Huyssen (2004) de *boom* da memória, fenômeno típico da contemporaneidade, rapidamente se consubstanciou no Brasil, pois, nesse apelo memorialístico, as empresas na década de 1990 investiram na criação de centros de documentação e memória, os chamados CDM. Entre essas estão grandes grupos empresariais, tais como a Companhia Vale do Rio do Doce (atual Vale S/A), o grupo Gerdau, Sadia, Nestlé, Sony, Shell, Odebrechet, Eletropaulo, Light do Rio, Organizações Globo S/A, Firjan (ABERJE, 2000).

No Espírito Santo, os casos recentes são Museu Vale (1997); Chocolates Garoto (1999); Gráfica GSA (2005); Findes (2008); CST/ArcelorMittal Tubarão (2005); Grupo Água Branca (2006); Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo (Bandes, 2010); Vale (2012). Esses são os últimos trabalhos, somente para citar alguns. Foram

feitos livros institucionais e/ou museus corporativos. Convém destacar a experiência dos livros corporativos, os quais são as peças mais utilizadas. A Vale, por exemplo, escreveu sua memória para celebrar os 40, 50, 60 e 70 anos da empresa. Mas, como as instituições constituem suas memórias e suas narrativas acerca de sua história? O que revelam? O que deixam evidente para consulta do público e o que buscam não informar? E como os pesquisadores fazem uso desses arquivos?

No processo de institucionalização dessa memória, a empresa, a instituição, os organismos de classe, corporações e/ou equivalentes, buscam legitimar-se, mostrar eficiência na tentativa de aumentar sua credibilidade perante um determinado grupo social ou, de forma mais ampla, na sociedade, formulando a reconstrução de sentidos por meio de discursos e narrativas (BOECHAT, 2016). É o que Pollak tipificou de política de enquadramento. De acordo com o historiador francês,

Além do trabalho de enquadramento da memória, há também o trabalho da própria memória em si. Ou seja, cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da Organização. Por exemplo, a partir do momento em que o Partido Comunista amarrou bem sua história e sua memória, essa mesma memória passou a trabalhar por si só, a influir na organização, nas gerações futuras de quadros, os investimentos do passado, por assim dizer, rendem juros (POLLAK, 1992, p. 206).

As considerações de Pollak (1992) nos levam a afirmar que as empresas selecionam suas memórias, organizam seus acervos, montando seus bancos de depoimentos por meio do uso da história oral. Uma vez materializada essa memória, seu uso passa a ser instrumento já pronto de um roteiro de pesquisa que evidencia obviamente aquilo que a marca quer solidificar. Reserva, esquece ou enquadra aquilo que a empresa prefere não evidenciar.

Nessa perspectiva, a análise empreendida busca concordar com a reflexão apresentada por Le Goff (2012):

A memória é um elemento fundamental na feitura da identidade individual, coletiva e institucional; porém, não se pode negligenciar, sobretudo, que a memória não é somente uma conquista de indivíduos ou coletividades, mas principalmente um objeto e um instrumento eficaz de poder (LE GOFF, 2012).

Desse modo, a memória institucional constituiu uma forma de poder, de exercício diário de sobreposição de ideologias e crenças que formam o discurso sobre um determinado objeto. Aqui, especificamente no estudo em tela é possível inferir que a Fines é um dessas instituições que têm um constructo consolidado de sua trajetória, com

um espaço e uma política específica de memória institucional, com usos e abusos do recurso da história oral de personalidades empresariais e políticas que, ao longo de sua história, ajudaram a consubstanciar sua visão sobre a política, a economia brasileira e, de modo particular da realidade capixaba com destaque para o período histórico da ditadura militar.

Nesse mesmo diapasão, Cariê Lindenberg (2013), empresário e representante da elite capixaba, herdeiro do ex-governador e senador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, proprietário da Rede Gazeta de Comunicação, em seu depoimento à Findes, revelou seu apoio ao golpe, mesmo dizendo ser amigo íntimo de João Goulart. Em sua fala, Cariê denominou a derrubada do governo Jango de “Revolução de 1964” enfatizando que:

Quando ele foi deposto, eu era diretor comercial da Gazeta e fiquei um tanto agitado. Achava que o Exército havia usurpado uma função do Congresso Nacional. Eu era a favor que tirassem Jango do poder. Ele deveria ter sido retirado pelo congresso. *Eu era a favor da sua saída, porque ele estava conduzindo o país para uma república sindicalista. Isso não era bem o que queríamos* (LINDENBERG, 2013, p. 121, grifo nosso).

A partir desses elementos, ao analisarmos a conjuntura política do golpe e da ditadura no Espírito Santo, pode-se verificar que os setores políticos ligados tradicionalmente aos partidos conservadores e aos empresários no Espírito Santo – estes, da mesma forma, estavam vinculados também a esta categoria política – apoiaram a deposição de João Goulart. Para tanto, fizeram uso do discurso já conhecido de combate ao comunismo e de reorganização do Estado nos moldes autoritários visando a garantia da ordem e do progresso em oposição a política janguista de alinhamento aos movimentos populares e sindicais.

Em relação ao período dos chamados anos de chumbo (1968-1974) no Espírito Santo, Pereira e Marvilha (2005) destacam que, no estado, ao contrário do que se consolidou como visão que pretendeu num primeiro momento ser hegemônica, houve o endurecimento da ditadura, com práticas de torturas e prisões. A repressão política militar igualmente se intensificou durante os mandatos dos governadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena), ambos biônicos, escolhidos pelos presidentes gerais, sobretudo nos governos Dias Lopes e Gerhardt Santos (PEREIRA; MARVILHA, 2005). Dessa maneira, os autores desmistificaram a ideia de que a prática policial da repressão teria ocorrido apenas nas grandes capitais, como Rio de Janeiro e São Paulo.

A memória sobre a tortura ocorrida no estado do Espírito Santo ficou intencionalmente silenciada, fruto de uma construção social hegemônica que, cultivada de várias formas, notadamente em alguns círculos sócio-políticos, para quem a ditadura representou uma espécie de salvação econômica do Espírito Santo, em função do advento dos projetos industrializantes. Concordando com as assertivas de Angelo e Fagundes (2014), os Grandes Projetos também geraram grandes esquecimentos devido a amnésia social que eles provocaram pela falsa ideia de crescimento econômico e de desenvolvimento. Isso por causa da herança nefasta que o mesmo deixou a partir do crescimento urbano desordenado e a consequente instalação dos bolsões de pobreza nas áreas urbanas, sobretudo na Grande Vitória.

Nesse contexto, a elite econômica e política promoveu no Espírito Santo uma visão positiva do período militar com a propagação de ideias positivas sobre as ações do Estado e a atração de conglomerados econômicos para áreas estatais, além da concessão de isenção de impostos, por exemplo, consolidado por meio do argumento dominante de que o estado fora beneficiado nesse período a partir da implementação dos Grandes Projetos, saindo da condição da monocultura do café para a fase industrial. Ainda nesse contexto mais amplo, podemos salientar a bipolaridade ideológica que marcou a Guerra Fria, o pensamento anticomunista que norteou essa interpretação histórica não admitia a criação de outra Cuba na América Latina (FICO, 2004), ou se quer a aproximação entre os países.

Esta construção ideológica se fundamenta, sobretudo, na questão econômica construída no imaginário social brasileiro através de mecanismos persuasivos, propaganda explícita e, sobretudo, implícita, segundo a qual a ditadura teria trazido um cenário de tranquilidade política para o Brasil voltar a crescer economicamente e promover o desenvolvimento e a modernização com o advento do processo de industrialização. Tal interpretação busca nos dados econômicos desse período sua argumentação, pois é verdade que, segundo o IBGE, entre 1968 e 1973, o emprego cresceu num índice médio de 4,3% - percentual maior do que o crescimento demográfico, de 2,9%. Com efeito, segundo Couto (1999), esse período de crescimento acelerado trouxe a sensação dominante em todas as classes sociais de ganho econômico. Couto (1999) ainda destaca, de forma ilustrativa, um comentário do então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva:

Eu acho que a gente tem que dividir o regime militar entre a intenção dos militares que deram o golpe em 1964 e aquilo em que se transformou



depois do golpe, a revolução. Pois eu acho que houve uma deformação. Agora, com toda a deformação, se você tirar fora as questões políticas, as perseguições e tal, do ponto de vista da classe trabalhadora o regime militar impulsionou a economia do Brasil de forma extraordinária. Hoje a gente pode dizer que foi conta da dívida externa, milagre brasileiro, e tal, mas o dado concreto é que, naquela época, se tivesse eleições diretas, o Médici ganhava. Ora, por quê? Porque era a época de pleno emprego (COUTO, 1999, p. 117).

Contudo, após a euforia do milagre econômico, conseqüentemente o pleno emprego não se manteve, e o mesmo sindicalista que analisara de forma positiva o governo do presidente Médici, começa a articular em 1979 as greves do ABC paulista.

No caso do Espírito Santo, por exemplo, por que uma memória positiva a respeito das mudanças políticas, econômicas e sociais vividas pelo estado entre as décadas de 1960 e 1970 se impôs sobre o conjunto de outras visões divergentes sobre o mesmo período histórico? A construção da memória positiva da ditadura foi internalizada pela sociedade em função dos grupos que dela fizeram uso ao defenderem de forma acentuada – e até mesmo oficial – os benefícios econômicos que os governos militares trouxeram para o Espírito Santo, fato que perpassou, inclusive, o período militar. Por ocasião dos 50 anos do golpe, o ex-governador Gerson Camata, que primeiro militou na ARENA, depois migrou-se para o MDB. E ao final da ditadura foi eleito pelo PMDB em 1982, partido de oposição à ditadura – declarou em entrevista o seguinte:

“[...] Economicamente, não sei se o regime militar foi bom para o Brasil, mas, no Espírito Santo, nós ganhamos a CST, a primeira siderúrgica do hemisfério sul, ganhamos as linhas expressas para exportar minério, ganhamos o Porto de Tubarão, a Aracruz Celulose, todas as estradas. A última grande obra foi a Terceira Ponte, que eu deixei quase pronta. Nada mais foi feito em 50 anos.” (A Gazeta, 1 abr. 2014, p. 22, *apud* ANGELO; FAGUNDES, 2014, p. 149).

Essa narrativa a qual o fragmento se refere foi construída em grande medida por instituições e personalidades políticas capixabas, foi traduzida com a pretensão se tornar hegemônica. Desse modo, buscaremos a seguir entender como foi de fato prescrito essa narrativa a partir do processo de implantação dos Grandes Projetos Indústrias no Estado do Espírito Santo, para entender os atores sociais envolvidos nessa tradução.

Em publicação da Revista Indústria Capixaba da Findes, o presidente Oswaldo Vieira Marques destaca as nuances do desenvolvimento industrial capixaba. O capixaba, assim como o brasileiro em geral, motivado psicologicamente, vem alcançando pelo conhecimento as vantagens do processo, passou a pensar e agir em termos de desenvolvimento:

A Revolução de 1964 propiciou a paz necessária ao governo do Estado para ocupar-se mais com a administração racionalizada do Governo Federal, através do Decreto Lei N.880, a Lei de Incentivos Fiscais que permitiu a aplicação aqui no Estado de parte do Imposto de Renda a ser pago por nossos empresários. [...] **A REVOLUÇÃO DE 64 é sentida pelos empresários como um marco divisório entre a estagnação e o progresso.** Daí a euforia que se verifica hoje em dia em todos os setores da vida nacional. O grande índice de negócios observado nas bolsas de valores, o número delas que se criam nos diversos estados da federação, são indicadores seguros da confiança do empresário no futuro do país (INDÚSTRIA CAPIXABA, 1971, p. 1, grifo da autora).

Nessa perspectiva, os conteúdos da narrativa de forma explícita é que o “Governo da Revolução” trouxe os chamados grandes projetos para os Espírito Santo. Na mesma retórica, afirma que os grandes projetos precisavam incluir os pequenos e médios empresários fundamentais, para consolidar o desenvolvimento industrial capixaba.

3 GRANDES PROJETOS INDUSTRIAIS E A ECONOMIA CAPIXABA PÓS-1970

Há uma reflexão relevante acerca do papel exercido pelas grandes empresas nacionais no tocante ao período ditatorial destacando a força econômica das empreiteiras, especialmente, as ligadas ao setor da engenharia civil. De acordo com Campos, ocorreu “a ditadura dos empreiteiros e de outros empresários também, sobretudo, dos industriais – acabou, dando lugar à república dos banqueiros [...]” (CAMPOS, 2012, p. 579). Concordando com as assertivas do referido autor, que os grupos civis empresariais foram grandes beneficiários econômicos do período ditatorial no tocante a implantação dos Grandes Projetos Industriais Capixabas, seguido igualmente dos grupos políticos e a elite regional que atrelou-se aos aparelhos estatais para alavancar os negócios ligados ao setor da construção civil das obras dos chamados Grandes Projetos.

Desse modo a implementação dos Grandes Projetos Industriais mudaram o perfil da economia capixaba tendo como força motriz a indústria da engenharia civil face o desenvolvimento de grandes canteiros de obras para a execução dos projetos. Esses por sua vez, de acordo com Siqueira (2010), mostram que, a partir de 1970, a dinâmica da economia capixaba é marcada pelo processo de modernização, considerando uma nova ótica de acumulação de capital: a industrialização. A crise do café iniciou-se com a crise de 1929 e teve seu ponto crítico na Era Vargas. Então, dizer que o regime militar com sua

matriz de desenvolvimento industrial tirou o Estado da crise econômica em função da derrocada do café é passível de revisão.

A observação pertinente é de que o desenvolvimento industrial do Espírito Santo ocorreu de forma tardia quando comparamos com os demais estados do Sudeste. As mudanças econômicas ocorridas no Espírito Santo na década de 1970 não foram somente em função da crise do café. Mas também em função de especificidades políticas e a visão de atores políticos ligados aos latifúndios, que não pensaram o estado dentro de uma política de fomento da pequena propriedade, típica do povoamento ocorrido no Espírito Santo. Os políticos ligados às oligarquias e a monocultura, igualmente, corroboraram para o atraso do estado comparado com seus vizinhos e não somente a crise do café (SIQUEIRA, 2010).

Há que salientar, sobretudo, a tese de Siqueira (2010), que nos apresenta a memória positiva da ditadura no caso do advento dos Grandes Projetos, apontado que o contingente advindo da erradicação dos cafezais desde 1960 veio para a Grande Vitória, sobretudo, a partir do processo de industrialização que se acentuou nos anos 1970. Contudo, esse projeto de desenvolvimento industrial não foi acompanhado por políticas de planejamento urbano, capazes de receber essa população migrante, o que terminou causando graves problemas de natureza socioeconômica. Essa é uma marca inequívoca do legado da modernização autoritária, que não planejou a inclusão social e produtiva desse contingente populacional, legando aos futuros governos problemas sociais de monta e de difícil resolução.

Assim sendo, entende-se que há uma herança negativa que os discursos acerca dos Grandes Projetos não contabilizam como sendo fruto dessas escolhas políticas e da matriz de desenvolvimento típica do período autoritário.

Essa contra-argumentação à memória positiva é feita em recente análise de Angelo e Fagundes (2014), que, em certo sentido, contrapõe-se a teses como as de Villa (2014). A valorização dos feitos econômicos do período militar e a diminuição dos danos causados pela ditadura, tais como problemas ambientais, além da tortura e repressão, são elementos que ajudam a confirmar uma leitura positiva sobre o período. Villa (2014) busca diferenciar a ditadura brasileira de outros regimes autoritários, como os do Chile e da Argentina, ao propor uma nova cronologia dos fatos, separando os períodos de endurecimento e dos períodos, que segundo ele, havia liberdade, eleições, por isso, deve ser relativizado, “ditadura à brasileira”. Nas palavras de Villa (2014):

O regime militar brasileiro não foi uma ditadura de 21 anos. Não é possível chamar de ditadura o período 1964-1968 (até o AI-5), com toda a movimentação político-cultural que havia no país. Muito menos os anos 1979- 1985, com a aprovação da Lei de Anistia e as eleições diretas para os governos estaduais em 1982. Que ditadura no mundo foi assim? (VILLA, 2014, p. 9).

Visões diferenciadas e interpretações díspares acerca de um processo história em que a memória coletiva (HALBWACHS, 2006) é evocada seletivamente, e ainda faz-se uso dos em que os esquecimentos intencionais (REIS, 2014) ocorrerem de forma a legitimar apenas a visão positiva da ditadura que na memória coletiva, sobretudo, de políticos e empresários, destacam os feitos do desenvolvimento econômico estadual como um legado incontestável desse período, e que em função disso, a memória dos grupos que sofreram com as torturas, e demais horrores desse período, devem ser relativizados pois, ao final, o saldo econômico foi positivo.

Em depoimento Gerhardt Santos (2017) afirma que “sem o regime de exceção não seria possível os grandes projetos serem desenvolvidos no estado”. Por outro lado, quando perguntado da tortura, censura, primeiro, aparenta esquecimento, para, depois, num outro momento, argumentar que no Espírito Santo não ocorreu o mesmo que no Rio de Janeiro. Sobre os episódios de repressão, ele cita como exemplo uma figura pública, a jornalista Miriam Leitão:

Você quer ver um caso aqui? Miriam [Leitão]... *fizeram um inquérito dela no Rio. Ela era comunista né, fazia parte do diretório aqui. Prenderam ela aqui no batalhão, e ela trabalhava na Rádio Espírito Santo, e eu era governador aqui. **E quando ela sai, por aqui não teve aqueles problemas todos que tiveram lá no Rio de Janeiro, né.** E quando ela saiu a secretária, que era a Euzi Moraes, você conhece? [...] E disse para Euzi: **admite ela, ora, ela não é boa funcionária, trabalhava direitinho, então admite. Não tive nenhuma reclamação de milico.** Élcio [Alvares] assumiu e a demitiu (risos). Enfim [...] (SANTOS, 2017, p. 9, grifo nosso).*

Em parte, a construção social da memória positiva da ditadura se faz, inclusive, a partir dessa retórica de minimizar os crimes de tortura e promover as ações de governo, a partir da ideia de ordem e progresso. Na memória do ex-governador Gerhardt Santos (2017), que governou no período de 1971 a 1975, essas “complicações” ficaram limitadas mais ao Rio de Janeiro. O Espírito Santo, em particular durante seu governo, teria ficado longe disso.

Porém, Pereira e Marvilha (2005) destacam que no caso da jornalista Miriam Leitão, a vítima foi torturada junto com seu marido no batalhão de Vila Velha. Esse

episódio é bastante ilustrativo para indicar a visão positiva da ditadura brasileira e sua interação no Estado do Espírito.

No que se refere a esse período no Espírito Santo, as primeiras obras que têm conta de revelar os episódios de tortura foram produzidos por militantes dos direitos humanos, como o ex-presos político Perly Cipriano². E também a obra do advogado, Ewerton Montenegro Guimarães³. Somente 2005 que estado do Espírito Santo promoveu através da Assembleia Legislativa (ALES) a obra de Pereira e Marvilha (2005), intitulada “Ditaduras não são eternas”, demonstrando os interrogatórios dos presos políticos, dando voz à memória da resistência.

É nesse sentido que também se move a obra de Leitão (2017) que retrata a saga se seus pais, Marcelo e Miriam Leitão, militantes de esquerda e jornalistas que em 1972, foram presos e torturados no batalhão de Vila Velha. Ligados ao movimento de resistência sediado pelo PCdoB, tiveram que deixar o estado em função das perseguições. Leitão (2017), filho do casal, ao narrar a história de seus pais, cumpriu assim como as demais obras já arroladas o papel de desmitificar a narrativa que a ditadura no caso capixaba só trouxe benefícios, pois aprofundou o debate acerca dos episódios de perseguições e torturas no Estado, revelando uma vasta documentação acerca desse período de forma inédita.

Ao concluir essa análise sobre a construção da memória positiva do Golpe e da Ditadura civil-militar no Espírito Santo, destacando o papel do empresariado, podemos afirmar que esses forjaram um pensamento que pretendeu ser hegemônico, que o desenvolvimento capixaba se deu tão somente em função do governo da ditadura. Essa narrativa explica-se pelo fato desse grupo empresarial ter sido, ao nosso olhar, o principal beneficiário desse período. Em face disso, as defesas dessa memória positiva passados mais de 50 anos do Golpe de 1964 ainda persistem nas narrativas contemporâneas. Por isso faz-se necessário o garimpo de memórias que nos permitem afirmar que essa é uma visão divergente, controversa e portanto, carecem de outras abordagens.

² Perly Cipriano, ex-presos político, fundador do PT no Espírito Santo, 3.º presidente estadual, ajudou a articular o PT ainda em 1979, no presídio Frei Caneca, quando participou da histórica greve de fome com demais presos políticos. Foi secretário nacional de Direitos Humanos do primeiro e segundo governos Lula. Fundador e idealizador com o secretário Nilmário Miranda da Comissão Nacional da Verdade (PINTO, 2001; SANTOS, 2013).

³ Ewerton Montenegro Guimarães – Advogado, membro dos direitos humanos da OAB-ES – escreveu o livro “A Chancela do Crime - A Verdadeira História do Esquadrão da Morte”, publicado em 1978. Disponível em: <https://premiodomluis.es.gov.br/advogado-ewerton-montenegro-guimaraes-in-memoriain-ano-2005-1a-edicao>. Acesso em: 19 nov. 2018.

REFERÊNCIAS

- ANGELO, V. A.; FAGUNDES, P. E. Grandes projetos, grandes esquecimentos: o Espírito Santo entre a modernização conservadora e a repressão política. *In*: FAGUNDES, P. E.; OLIVEIRA, U. J.; ANGELO, V. A. (Org.). **O estado do Espírito Santo e a ditadura (1964-1985)**. 1ªed. Vitória: GM, p. 172-195, 2014.
- ALMEIDA, J. R.; ROVAI, M. G. O. (Orgs.). **Introdução à história pública**. São Paulo, Letra e Voz, 2011.
- BOECHAT, L. **Entre a memória e o mercado**: identidade, (re)significação e cultura empresarial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Gramma, 2016.
- CAMPOS, P. H. P. **A Ditadura dos Empreiteiros: as empresas nacionais de construção pesada, suas formas associativas e o Estado ditatorial brasileiro, 1964-1985**. 2012. 584f. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Rio de Janeiro, 2012.
- COUTO, R. C. **História indiscreta da ditadura e da abertura**: Brasil: 1964-1985. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- FICO, C. **Além do Golpe**: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.
- FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. **Contando histórias**: memórias, contos e “causos” de grandes personalidades que marcaram a história política, econômica, cultural e social do Estado do Espírito Santo e do Brasil. (Org). MORAES, B. A., Vitória: Findes. 2013.
- GAGETE, É.; TOTINI, B. Memória empresarial, uma análise de sua evolução. *In*: NASSAR, P. (Org.). **Memória empresarial**: história e comunicação de mãos dadas a construir o futuro das organizações. São Paulo: ABERJE, 2004.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice. 2006.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela Memória**: arquitetura, monumento, mídia. Tradução de Sérgio Alcides. Seleção de Heloísa Buarque de Holanda. 2ªed. Rio de Janeiro: Aeroplano. 2006.
- INDÚSTRIA CAPIXABA. **Instalado o primeiro encontro regional de técnicos em serviço social**., Vitória, dez. 1971, p. 1.
- LE GOFF, J. Memória. *In*: LE GOFF. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 423-483.
- LEITÃO, M. **Em nome dos Pais**. Brasília: Editora Intrínseca, 2017.



LOBO, E. L. História empresarial. In: CARDOSO, C. F; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

NORA, P. (dir.). **Les lieux de mémoire – I: La République**. Paris: Gallimard, 1984.

OLIVEIRA, U. J. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

PEREIRA, W. P.; MARVILLA, M. **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 1964**. Vitória: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3. 1992.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PINTO, C. J. **Partido dos Trabalhadores: 20 anos. A Institucionalização da Rebelião. Trajetória no Espírito Santo. A Formação na Cidade de Viana**. 2001. 152 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

RIBEIRO, F. A. **A história da federação das indústrias do estado do Espírito Santo**. Vitória: FINDES, 2010.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Tradução de Alain Francois. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2008.

REIS, D. A. (Coord.). **Modernização, ditadura e democracia (1964-2010)**. São Paulo: Objetiva. Fundação Mapfre. Oficina de Geografia. 2014.

REIS, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

SANTOS, A. C. G. **Depoimento de Arthur Carlos Gerhardt Santos concedido a Carolina Júlia Pinto dos Santos**. Vitória, 2017. Em: abr. 2017.

SANTOS, F. J. **Da campanha da legalidade ao golpe de estado de 1964: o estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart (1961-1964)**. 2013. 190 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Vitória, 2013.

SIQUEIRA, M. P. S. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. 1950-1980**. 2ª ed. Vitória: Editora Grafitusa, 2010.



VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira (1964-1985):** a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

A construção da memória positiva da ditadura no Espírito Santo (1964/1985): o papel do empresariado

Carolina Júlia Pinto dos Santos

Mestre em Sociologia Política
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha
Universidade Vila Velha, Espírito Santo, Brasil
carol.jpinto@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0333-4762>

Vitor Amorim de Angelo

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de São Carlos
Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Vila Velha
Universidade Vila Velha, Espírito Santo, Brasil
vitor.angelo@uvv.br

 <https://orcid.org/0000-0002-8550-9548>

Endereço de correspondência do principal autor

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 12 de junho de 2018

Aprovado em: 26 de novembro de 2018

